



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
PODER JUDICIÁRIO

## MALOTE DIGITAL

Tipo de documento: Administrativo

Código de rastreabilidade: 59020179752745

Nome original: 7.6 ANEXO VI - Minuta Declaração - Micro - EPP.pdf

Data: 09/05/2017 16:52:20

Remetente:

Dulio

CGGOV - COORDENADORIA DE GESTÃO E GOVERNANÇA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Conselho Superior da Justiça do Trabalho

Prioridade: Normal.

Motivo de envio: Para manifestação.

Assunto: OFÍCIO CIRCULAR CSJT.CGGOV Nº 16 2017 - Validação da versão final do Termo de Referência para a contratação da Nova Rede WAN Nova Rede-JT.



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

**ANEXO VI – MINUTA MODELO DE DECLARAÇÃO (MICROEMPRESA ou EPP)  
AO TERMO DE REFERÊNCIA DA ATUALIZAÇÃO TECNOLÓGICA DA REDE DE  
LONGA DISTÂNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO - 2017**

**MODELO DE DECLARAÇÃO (MICROEMPRESA ou EPP)**

**PREENCHER SOMENTE SE FOR OPTANTE DO SIMPLES**

Ref : PREGÃO ELETRÔNICO N ...../17

\_\_\_\_\_, com sede \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o n.\_\_\_\_ que em cumprimento ao solicitado no Edital de Pregão Eletrônico n ..../XX, sob pena as penas da lei, ser Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos da legislação vigente, não possuindo nenhum dos impedimentos previstos no art. 3º§ 4º, da LC 123/06, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido na referida Lei.

Declara também ao TRT da XX Região para fins de não incidência na fonte do IRPJ, CSLL, COFINS e da contribuição para o PIS/PASEP, a que se refere o art. 64 da Lei 9.430/96, que é regularmente inscrita no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e EPP's – Simples Nacional, de que trata o art. 12 da LC 123/06.

Para esse efeito, a declarante informa que:

I - preenche os seguintes requisitos:

a) conserva em boa ordem, pelo prazo de 5 anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovam a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem assim a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial;

b) apresenta anualmente Declaração de Informações Econômico - Fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ), em conformidade com o disposto em ato da Secretaria da Receita Federal;

II - o signatário é representante legal desta empresa, assumindo o compromisso de informar à Secretaria da Receita Federal e à unidade pagadora, imediatamente, eventual desenquadramento da presente situação e está ciente de que a falsidade na prestação destas informações, sem prejuízo do disposto no art. 32 da Lei 9.430/96, o sujeitará, juntamente com as demais pessoas que para ela concorrem, às penalidades previstas na legislação criminal e tributária, relativas à falsidade ideológica (art. 299 do Código Penal) e ao crime contra a ordem tributária (art. 1º da Lei n. 8.137/90).

Local e data

---

assinatura do representante legal

CNPJ da empresa